

## GESTÃO FISCAL E EQUIDADE: UM ESTUDO QUALITATIVO DO ICMS EDUCAÇÃO NO BRASIL

### FISCAL MANAGEMENT AND EQUITY: A QUALITATIVE STUDY OF ICMS EDUCATION IN BRAZIL

Ruan Freitas Libardoni<sup>1</sup>

0009-0000-8015-1631

Valdoir Pedro Wathier<sup>2</sup>

0000-0003-4651-0105

Vinícius Edilberto Prinstrop<sup>3</sup>

0000-0002-9844-0754

**Resumo:** Trata-se de análise do ICMS Educação, adotado nacionalmente pela Emenda Constitucional nº 108/2020. O objetivo foi analisar o papel da gestão fiscal, em articulação com a Educação, como indutora de equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. Foi realizada análise qualitativa, com levantamento das legislações estaduais, análise de conteúdo, seguida de análise de discurso, visando identificar como os estados constituíram métricas para distribuição do ICMS Educação. Os resultados apontam que, num cenário de incertezas semânticas e incipiência técnica, 25 estados aprovaram legislação específica, em regra, com indicadores que expressam interpretação restritiva da equidade, havendo risco de inefetividade do mecanismo ou geração de efeitos contrários aos desejados. O mecanismo está em implantação nos sistemas distributivos dos estados, havendo ainda tempo hábil para aprimoramentos, os quais exigem mobilização de saberes fiscais e sociais e diálogo federativo, para garantir equilíbrio entre sustentabilidade fiscal dos municípios e desenvolvimento social na direção da equidade.

**Palavras-chave:** Equidade; ICMS Educação; Municípios; Nível socioeconômico.

**Abstract:** This is an analysis of the ICMS Education, adopted nationally by Constitutional Amendment nº 108/2020. The objective was to analyze the role of fiscal management, in conjunction with Education, as an inducer of equity, considering the socioeconomic level of students. A qualitative analysis was carried out, with a survey of state legislation, content analysis, followed by discourse analysis, aiming to identify how the states constituted metrics for the distribution of ICMS Education. The results indicate that, in a scenario of semantic uncertainties and technical incipience, 25 states approved specific legislation, as a rule, with indicators that express a restrictive interpretation of equity, with a risk of the mechanism being ineffective or

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Docente e doutor em Educação pela Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, Brasil

<sup>3</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Rio Grande do Sul, Brasil.

generating effects contrary to those desired. The mechanism is being implemented in the states' distribution systems, and there is still time for improvements, which require the mobilization of fiscal and social knowledge and federative dialogue, to ensure a balance between the fiscal sustainability of municipalities and social development towards equity.

**Keywords:** Equity; ICMS Education; Counties; Socioeconomic level.

## INTRODUÇÃO

A desigualdade histórica no Brasil faz com que riquezas e misérias sejam duas características evidentes. O princípio da igualdade positivado na Constituição Federal ainda é confrontado por abismos socioeconômicos, que possuem características conhecidas e persistentes, com a cidadania precisando percorrer longo caminho para sua progressiva efetivação (Carvalho, 2005, p. 97). Nesse cenário, o papel do Estado é deveras importante e seus mecanismos fiscais são protagonistas, seja para reproduzir as desigualdades, seja para confrontá-las.

Contrapor desigualdades exige “[...] soluções tão mais complexas quanto maiores forem as disparidades regionais e sociais” (Rezende, 2010, p. 71). Além disso, sabe-se que “[...] se a complexidade social de um país extremamente desigual nas suas múltiplas variáveis já impõe rigorosa vigilância ao pesquisador, deve-se acrescentar a essa complexificação o caráter federativo do Estado Brasileiro” (Cury, 2011, p. 111-112). Notadamente, há desigualdades intra e intermunicipais, regionais e estatais. E essas desigualdades se acentuam ou atenuam por políticas, inclusive fiscal, de âmbito nacional, estadual ou municipal, em nosso atípico arranjo que reconhece também os municípios como entes autônomos (Abrucio, 2005, p. 2).

Reconhecendo as desigualdades e sua complexidade, trata-se neste artigo de uma das estratégias nacionais para valer-se da gestão fiscal para induzir a equidade. Embora se possa argumentar que esse papel sempre deve fazer parte das políticas fiscais, a Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, trouxe uma abordagem mais específica e inovadora, ao prever que a as cotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS destinadas aos municípios deveriam promover a distribuição de, no mínimo, 10 pontos percentuais, com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos (Brasil, 1988, art. 158). Esse mecanismo, conhecido como ICMS Educação, assumiu então caráter nacional e exige análise acurada e debate atento: afinal, o que significa aumento de equidade considerando o nível socioeconômico dos educandos?

No intuito de contribuir com o tema, lançando luz à sua relevância e complexidade, o presente trabalho dedica-se ao objetivo geral de analisar o papel da gestão fiscal como indutora de equidade na educação básica brasileira, considerado o nível socioeconômico dos educandos, a partir da Emenda Constitucional nº 108/2020. Para isso, são desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: *i* discutir o protagonismo atribuído à interface entre Gestão Fiscal e Educação para fomentar a equidade, no escopo do ICMS Educação, em sua abrangência nacional trazida pela Emenda Constitucional nº 108/2020; *ii* levantar como os estados legislaram para a criação de indicadores de distribuição do ICMS Educação, especialmente em relação à abordagem dada à equidade e ao nível socioeconômico dos educandos; e *iii* analisar as potencialidades e riscos para a equidade a partir dos indicadores adotados pelos estados para redistribuição de recursos por meio do ICMS Educação.

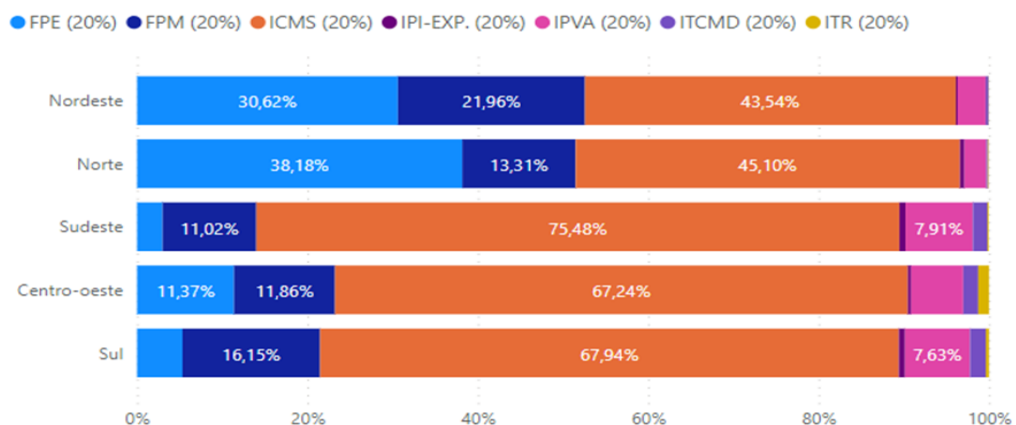
Para cumprir com esses objetivos, a metodologia adotada é predominantemente de análise documental, qualitativa, com recursos à análise quantitativa para exemplificação. Cada objetivo específico exigiu enfoques particulares, mas com atenção à abordagem metodológica geral e também, como alerta Gamboa (2012, p. 77), evitar que a pesquisa apenas reproduza o *status quo*, uma vez que o trabalho do pesquisador é por essência o de perceber possibilidades e contribuir para a construção de novas realidades.

Para esse percurso, após explicitar o enfoque, objetivos e metodologia nesta introdução, seguem-se alguns subtópicos. No primeiro, trata-se da inovação trazida pela Emenda Constitucional nº 108/2020, ao dar abrangência nacional ao mecanismo conhecido como ICMS Educação, bem como sua inclusão como condição para recebimento da complementação VAAR do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação *Fundeb*. No tópico seguinte, analisam-se os potenciais efeitos fiscais, para além do financiamento da educação, apresentando como os estados estão incorporando o ICMS Educação às suas normas fiscais. Por fim, é desenvolvida discussão quanto ao potencial e os riscos de que os caminhos seguidos sigam no sentido da equidade, seguindo-se para as conclusões da pesquisa.

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108/2020 E O ICMS EDUCAÇÃO

A EC nº 108/2020 é conhecida especialmente por ter perenizado o Fundeb que passou a ser conhecido como Novo Fundeb, além de incorporar a ele duas novas formas de complementação dos recursos pela União. Esse mecanismo se caracteriza por congrega em fundos específicos, no âmbito de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal, parte dos recursos vinculados à educação básica. A partir disso, os valores são distribuídos a cada rede de ensino municipal ou estadual, em cada fundo de acordo com as matrículas em diferentes etapas, modalidades, jornadas, localidades. Pode-se dizer que o Fundeb intercepta parte dos recursos de impostos e transferências destinados aos entes subnacionais e promove redistribuição, por meio de critérios próprios de diferenciação e ponderação.

**Gráfico 01:** Composição do Fundeb, por região - 2023.



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do FNDE.

Além do disposto no gráfico, ao se observar os estados, as distâncias se ampliam: o ICMS responde de 17,78% dos recursos do Fundeb no Amapá a 79,85% em São Paulo. No âmbito do Fundeb, a composição do estado é refletida para cada município, replicando essas diferenças.

## ICMS EDUCAÇÃO

A EC nº 108/2020 também atualizou a redação dos incisos do Parágrafo Único do Art. 158 da Constituição Federal, conforme apresentado abaixo, com a comparação ao texto anterior:

Art. 158. Pertencem aos municípios:

[...]

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

~~I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;~~

I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

~~II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.~~

II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) (Brasil, 2020)

É a definição dessa nova redação que se costuma chamar de ICMS Educação. Como já sinalizado, essa inovação não representa mais recursos para a Educação, mas sim insere indicadores relacionados à melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos entre os critérios para a distribuição de recursos do ICMS.

Como apresentado acima, a inovação trouxe uma nova e rebuscada redação ao inciso II, do parágrafo único do art. 158 da CF, e nela convivem duas previsões, com uma questão semântica a ser melhor debatida: primeiro, o inciso trata de indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem, e na sequência, o mesmo inciso trata de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos. Dessa forma o dispositivo estaria tratando de indicadores *i* de melhoria nos resultados de aprendizagem; e *ii* de aumento da equidade. No primeiro caso, o termo resultados abarca todo o sentido da norma, no segundo, o dispositivo remete apenas a indicadores da melhoria na aprendizagem e, separadamente, de aumento da equidade, que se desvincularia do

termo resultados. Do mesmo modo, o nível socioeconômico do educando pode ser interpretado apenas em relação à equidade ou também em relação à melhoria na aprendizagem.

A depender de como cada estado legisla e regulamenta o tema, os impactos práticos poderão tomar diferentes proporções e, inclusive, de cunho mais restritivo, pois caso se entenda o nível socioeconômico relacionado intrinsecamente à aprendizagem, como se isto fosse equidade, na verdade, estar-se-ia suprimindo a equidade.

Desse modo, a definição dos indicadores é um fator de extrema relevância, pois seu desenho poderá ser propício a fomentar a equidade considerando o nível socioeconômico do educando ou realimentar as desigualdades. Essa definição ficou a cargo dos estados e, por isso, tende-se a ter 26 diferentes definições. Nesse ponto, surge um fator tênue na indução de equidade por meio da Gestão Fiscal pois, caso não sejam criados indicadores eficazes pelos estados, o cerne da norma acaba por ter resultados incondizentes com o comando desta inovação.

O Art. 3º da EC nº 108/20 (BRASIL, 2020) estabeleceu prazo para aprovação de lei estadual relativa ao ICMS Educação:

Art. 3º Os estados terão prazo de 2 (dois) anos, contado da data da promulgação desta Emenda Constitucional, para aprovar lei estadual prevista no inciso II do parágrafo único do Art. 158 da Constituição Federal

Portanto, o prazo para aprovação das leis estaduais, em tese, encerrou-se em 26 de agosto de 2022. Contudo, por se tratar de matéria tributária, a geração dos efeitos não é imediata. Além disso, a definição em legislação estadual trará também a forma como cada estado definirá a melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. É nesse ponto que as discussões fiscais, que embora complexas costumam ter razoável nível de assertividade, deparam-se com uma discussão de cunho estritamente social e de maiores incertezas intrínsecas. Com isso, evidencia-se também na questão fiscal “um dos maiores problemas metodológicos das ciências sociais: as palavras continuam as mesmas, mas os seus significados mudam” (Dale, 2010, p.1099-1120). Antes de avançarmos às acepções atribuídas, é preciso tratar de uma outra inter-relação do ICMS Educação com o Fundeb.

## ANÁLISE DAS DEFINIÇÕES DOS ESTADOS

Nesta parte do trabalho, veremos como cada estado legislou sobre o inciso II, do parágrafo único do Art. 158 da CF, ou seja, como que, na prática, os 26 estados brasileiros abordaram indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico do educando, para fins de internalizar e constituir o ICMS Educação em seu território. Com isso, busca-se entender como a semântica foi resolvida pelos estados.

### ALAGOAS

O estado de Alagoas criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 8.744, de 25 de agosto de 2022 (Alagoas, 2022) e regulamentou o tema criando o Índice Municipal de Qualidade Educacional de Alagoas – IQEAL e distribuirá 15 pontos percentuais aos municípios, baseado nos

critérios do ICMS Educação. Dentro do racional de cálculo dos indicadores pelo IQEAL, Alagoas criou o FSEi, que é o “fator de aprendizagem considerando o fator socioeconômico dos municípios” (Lei Estadual 8.744/22), com peso de 5% sobre o cômputo do IQEAL. Em síntese, o IQEAL é o Índice Municipal de Qualidade Educacional de Alagoas do município *i*, e tem escala de 0 a 1, onde divide por pesos o Índice de Qualidade da Alfabetização do município *i* (0,40); Índice de Qualidade no quinto ano do Ensino Fundamental do município *i* (0,20); Índice de Qualidade de Acesso e Permanência para o município *i* (0,15); o tamanho da rede para o município *i* (0,15); o fator de aprendizagem considerando o fator socioeconômico do município *i* (0,05); e o índice de aprovação de alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental do município *i* (0,05).

## ACRE

O Acre criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 3.976, de 15 de setembro de 2022 (Acre, 2022). Para tanto, regulamentou o tema criando o Índice de Qualidade da Educação Municipal - IQE e distribuirá 19 pontos percentuais na lógica do ICMS Educação de forma gradativa de 2023 a 2030. Tal indicador será apurado, em síntese, com base nestes 3 indicadores:

- 75% do seu valor diretamente proporcionais às notas obtidas pelos municípios;
- 20% relacionado à Taxa de Abandono do Ensino Fundamental; e
- 5% diretamente proporcional à Taxa de Matrícula Bruta.

## MINAS GERAIS

Minas Gerais foi um dos últimos estados a legislar sobre o ICMS Educação, instituído por meio da Lei nº 24.431, de 14 de setembro de 2023 (Minas Gerais, 2023), e serão distribuídos 10 pontos percentuais aos municípios na lógica dos indicadores específicos. Esta distribuição aos municípios será referenciada no Índice de Educação do município, o qual observa as proporções de:

- 50% com base no Índice de Desempenho Escolar, onde serão observadas a taxa de participação dos estudantes nas avaliações e indicadores de nível socioeconômico dos estudantes, observadas as desigualdades entre os distintos grupos raciais e entre estudantes residentes em áreas urbanas e rurais;
- 20% acerca de medidas de equidade expressas no Índice de Rendimento Escolar, observadas a redução das desigualdades de acesso e permanência na educação básica, as desigualdades entre estudantes negros e não negros e entre estudantes residentes em áreas urbanas e rurais, e a progressão dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, dentre eles os estudantes com transtorno do espectro autista – TEA;
- 15% acerca do Índice de Atendimento Educacional; e
- 15% com base no Índice de Gestão Escolar. Salientando que Minas buscará computar o nível socioeconômico dos estudantes através de um questionário.



## PARANÁ

No Paraná, o ICMS Educação foi constituído por meio da Lei Complementar nº 249, de 23 de agosto de 2022 (Paraná, 2022) e distribuirá 10 pontos percentuais do ICMS Educação aos municípios. Para tanto, foram criados os indicadores abaixo, os quais compõem o algoritmo do Índice de Qualidade da Educação Pública Paranaense - IQEP:

- de Ensino, com peso de 50%;
- de Alfabetização, com peso de 30%;
- de Educação Integral, com peso de 10%, e
- Fator Social, com peso de 10%.

O Fator Social entende-se como a média do Nível Socioeconômico - INSE total da Rede Municipal. Ou seja, quando o Paraná legisla acerca do Fator Social, refere-se a média do nível socioeconômico, denominado de INSE, e basicamente incorpora dados do Inep para este indicador.

## SERGIPE

O estado de Sergipe criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 9.090, de 31 de agosto de 2022 (Sergipe, 2022), o qual é denominado de ICMS-Social pelo estado, que será obtido de acordo com a metodologia de cálculo do Índice Municipal de Qualidade da Educação - IQE, e distribuirá 10 pontos percentuais aos municípios. O estado traz diversos dados para o cômputo do indicador IQE: índice municipal de qualidade educacional, índice de qualidade da alfabetização do município, índice de qualidade do ensino fundamental, taxa de aprovação nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, indicadores de desempenho em língua portuguesa e matemática; mas não criou especificamente um indicador para o nível socioeconômico do educando.

## GOIÁS

O estado de Goiás criou o ICMS Educação por meio da Lei Complementar nº 177, de 24 de agosto de 2022 (Goiás, 2022), e distribuirá 10 pontos percentuais nesta sistemática do ICMS Educação. Para tanto, foi criado o Índice de Participação dos Municípios - IPM. Sendo que os indicadores são baseados em critérios de:

- 51% correspondentes à quantidade de matrículas na rede municipal de ensino;
- 47% obtidos pelo Índice de Qualidade da Aprendizagem - IQA, formado pelos resultados de aprendizagem, com base na equidade, e pela taxa de aprovação dos alunos; e
- 2%, com base no nível socioeconômico dos estudantes.

Para fins de indicadores socioeconômicos, definidos pela sigla INSEi, Goiás estipula que utilizará o resultado mais recente disponível do Indicador do Nível Socioeconômico do município *i* calculado com o uso da média ponderada dos índices individuais dos participantes do SAEB. Basicamente, o aumento da equidade é relativo à média da taxa de aprovação dos alunos nos anos

iniciais do ensino fundamental, e quando o estado trata de aumento de equidade, é referindo-se à equidade estudantil, e visa reduzir eventuais desigualdades nesse sentido.

## MATO GROSSO DO SUL

O estado do Mato Grosso do Sul criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 5.941, de 24 de agosto de 2022 (Mato Grosso do Sul, 2022) e distribuirá 10 pontos percentuais do ICMS Educação aos municípios, com base no Índice de Qualidade da Educação de Mato Grosso do Sul (IQE-MS). Basicamente, o MS criou indicadores internos para a análise de aprendizagem principalmente de língua portuguesa e matemática entre os estudantes do 1º e 2º ano do ensino fundamental, com ênfase nos alunos do 2º ano, e para o fator socioeconômico do educando trará dados externos do SAEB, sendo que este possui peso singelo, ficando dentro do racional de cálculo do Fator de Municipalização.

## AMAPÁ

O Amapá criou a Lei Complementar Estadual nº 0120, de 02 de dezembro de 2019 (Amapá, 2019), antes da Emenda Constitucional nº 108/20, prevendo a distribuição de 18 pontos percentuais acerca dos critérios educacionais em razão do Índice de Desenvolvimento Escolar de cada município. Mas, como a Lei não foi editada após a publicação da Emenda nº 108/20, acaba por não criar indicadores de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico do educando, de modo que vigoram ainda dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 0120/19, que tratam basicamente de indicadores de aprendizagem.

## BAHIA

A Bahia criou o ICMS Educação por meio da Lei Complementar nº 53, de 31 de agosto de 2022 (Bahia, 2022), e distribuirá aos municípios 15% do ICMS Educação em 2024, com acréscimo de um ponto percentual ao ano, até atingir o limite de 18p.p. em 2027. Para tanto, a Bahia instituiu o Índice de Melhoria da Educação - IMED. O IMED dos municípios baianos será formado a partir dos indicadores de Alfabetização; de Desenvolvimento da Educação Básica do estado da Bahia - IDEBA; e de Termo de Cooperação. Assim, a Bahia possui indicadores de aprendizagem e de avanço de aprendizagem tradicionais (matemática, língua portuguesa, etc.). Ainda, foi estipulado o Índice de Diferença Socioeconômica da Educação – IDSE, que é referente à Alfabetização, o qual se utiliza de alguns dados externos do SAEB juntamente com dados internos do SABE (Sistema de Avaliação Baiano de Educação).

## MARANHÃO

O Maranhão instituiu o ICMS Educação por meio da Lei nº 11.815, de 26 de agosto de 2022 (Maranhão, 2022). No âmbito do ICMS Educação, o estado distribuirá 20 pontos percentuais na proporção da pontuação do município no Índice de Desenvolvimento da Educação do Maranhão (IDE-MA). O Fator socioeconômico do município é identificado a partir de questionário



contextual respondido pelo estudante, e quando o estado trata da equidade está se referindo basicamente ao desempenho em alfabetização.

## MATO GROSSO

O estado do Mato Grosso legislou e criou o ICMS Educação por meio da Lei Complementar nº 746, de 25 de agosto de 2022 (Mato Grosso, 2022) e distribuirá aos municípios, a partir de 2025, 12 pontos percentuais do ICMS Educação. Para tanto, criou o Índice Municipal de Qualidade da Educação - IMQE, que será calculado com base nos resultados de avaliações de aprendizagem dos alunos do segundo e do quinto ano do ensino fundamental, matriculados na rede municipal, e nas taxas de aprovação nos cinco primeiros anos desta etapa de ensino.

Quando se fala em equidade, na lógica do IMQE do Mato Grosso, refere-se basicamente à aprendizagem com equidade e o indicador socioeconômico é obtido por meio de questionário aos estudantes. Cabe destacar que o Mato Grosso destaca de forma sucinta que “esse indicador auxilia na compreensão dos aspectos associados à proficiência dos estudantes e demonstra aos agentes públicos a necessidade de se investir em outros fatores para além da escola, uma vez que os mesmos impactam na aprendizagem dos estudantes” (Mato Grosso, 2023), todavia, não é explicitada a criação de mecanismos de aplicação para tais ações.

## PARAÍBA

A Paraíba criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 12.373, de 08 de agosto de 2022 (Paraíba, 2022), e distribuirá 10 pontos percentuais aos municípios na sistemática do ICMS Educação. Para isto foi criado o Índice de Participação dos Municípios – IPM, dentro da adesão ao programa Integra PB. A Paraíba não estipula necessariamente como será aumentada a equidade considerando o nível socioeconômico dos educandos, apenas remete à utilização de dados do SAEB e IDEB, e os indicadores criados referem-se basicamente a questões de alfabetização.

## AMAZONAS

O Amazonas criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 6.035, de 18 de agosto de 2022 (Amazonas, 2022). Serão distribuídos 10 pontos percentuais aos municípios na sistemática do ICMS Educação, composto pelo Índice da Qualidade da Educação Municipal – IQEM e o índice do Porte e Nível Socioeconômico – IPS. O IQEM é baseado em desempenho nas provas de avaliação (sistema SAEB), na evolução no desempenho nestas provas e das taxas de aprovação, abandono e distorção idade-série. Já o IPS baseia-se em porte de atendimento escolar e nível socioeconômico dos alunos, sendo que, para tanto, são trazidos dados do INEP.

## CEARÁ

O Ceará é o estado precursor quando se trata de distribuição de parte do ICMS com base em indicadores de educação (Ceará, 2020). Após a Emenda nº 108/20, o estado reformulou o ICMS

Educação por meio da Lei nº 17.320, de 22 de outubro de 2020<sup>4</sup>, e distribuirá 18 pontos percentuais. Para tanto, o Ceará criou o Índice Municipal de Qualidade Educacional - IQE de cada município, considerando indicadores para o 2º, o 5º e o 9º anos do ensino fundamental da rede municipal e o nível socioeconômico dos educandos. O IQE é formado pelos indicadores de taxa de aprovação nas cinco primeiras séries do ensino fundamental, nota da alfabetização, evolução da nota da alfabetização, nota do ensino fundamental e evolução da nota do ensino fundamental.

## ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo criou o ICMS Educação por meio da Lei Ordinária nº 11.694, de 24 de agosto de 2022 (Espírito Santo, 2022), e neste contexto distribuirá aos municípios 12,5% com base no índice de qualidade educacional – IQE de forma gradativa, sendo 10 pontos percentuais em 2024, 12 pontos percentuais no ano de 2025 e 12,5 pontos percentuais para os exercícios seguintes. O Espírito Santo criou o Índice de Qualidade Educacional – IQE, que terá como base indicadores de proficiência média anual dos alunos das escolas municipais nas avaliações de língua portuguesa e matemática do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo – PAEBES; o percentual de participação dos alunos das escolas municipais nas avaliações e padrões de proficiência básico, proficiente e avançado; e a taxa média de aprovação nas escolas no ensino fundamental da rede municipal. Ainda, o estado do Espírito Santo prevê a melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos com efeitos a partir de 2024; todavia, como visto, os indicadores tratam basicamente de aprendizagem.

## PARÁ

O Pará criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 9.674, de 24 de agosto de 2022 (Pará, 2022), e distribuirá aos municípios 10 pontos percentuais. Para isto, criou o Indicador de Qualidade da Educação (IQE), o Índice Socioeconômico – ISE e o Índice de Desempenho Escolar – IDE. O Pará trata do fator de equidade educacional e para o fator socioeconômico prevê peso moderado, fazendo parâmetro com o próprio Índice de Desempenho Escolar do município.

## PERNAMBUCO

O estado de Pernambuco atualizou o ICMS Educação por meio da Lei nº 17.918, de 25 de agosto de 2022 (Pernambuco, 2022). Assim, instituiu o Índice de Desempenho da Educação - IDE do município e distribui aos municípios na sistemática do ICMS Educação os percentuais de 8% relativamente a 2021<sup>5</sup>; 10% a 2022; 12% a 2023; 14% a 2024; 16% a 2025; e 18% a partir de 2026. Para tanto, criou o Índice de Desempenho da Educação – IDE do município. Tal índice tem como base os resultados de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco –

<sup>4</sup> CEARÁ. Lei n.º 17320, de 22 de outubro de 2020, que altera a *Lei nº 17.320, que altera a lei n.º 12.612, de 7 de agosto de 1996 (Altera a Cota Parte do ICMS)*. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/constituicao-do-ceara/pesquisa-por-assunto/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/8043-lei-n-17-320-22-10-2020-d-o-23-10-20>. Fortaleza: Alece, 2020. Acesso em: 14/10/2023

<sup>5</sup> Os valores de 2021 e 2022 estavam previstos na legislação precedente.

SAEPE no 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, levando em consideração o resultado do SAEPE no 5º ano do ensino fundamental; e a classificação socioeconômica feita pelo INEP, por meio do Índice do Nível Socioeconômico - INSE, com base nos resultados mais atuais do questionário do estudante do SAEB. Basicamente o IDE se baseia em resultados educacionais.

## RIO DE JANEIRO

O estado do Rio de Janeiro não legislou sobre o ICMS Educação; discute-se ainda o Projeto de Lei nº 6.358/22 (Rio de Janeiro, 2022). Até a presente data, este estado é o único que não legislou e não regulamentou o ICMS Educação.

## RIO GRANDE DO NORTE

Rondônia instituiu o ICMS Educação por meio da Lei Complementar nº 1.166, de 1º de julho de 2022 (Rio Grande do Norte, 2022), e prevê a distribuição aos municípios de 10 pontos percentuais em 2025, aumentando 1 ponto percentual por ano até atingir 14 pontos percentuais em 2029. Para isto, foi criado o Índice de Desempenho Educacional de Rondônia – IDERO. O cálculo do IDERO tem como base os resultados das avaliações de aprendizagem e das taxas de participação das redes públicas municipais de ensino, ambos aferidos por meio do Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia - SAERO, além das taxas de aprovação e da quantidade de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social. Quando o estado cita a questão da equidade, trata de questão estritamente educacional, visando induzir a melhoria dos resultados educacionais. Sendo que o componente de nível socioeconômico é o resultado padronizado referente ao total de estudantes de baixo nível socioeconômico matriculados do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

## RORAIMA

O estado de Roraima instituiu o ICMS Educação por meio da Lei Complementar nº 311, de 14 de março de 2022 (Roraima, 2022), e distribuirá 10 pontos percentuais aos municípios. Acerca da equidade, basicamente utilizará dados do SAEB.

## RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 15.766, de 20 de dezembro de 2021 (Rio Grande do Sul, 2021), e prevê a distribuição do ICMS Educação aos municípios nas proporções de 10% em 2024; 11,4% em 2025; 12,8% em 2026; 14,2% em 2027; 15,6% em 2028; e 17% a partir de 2029. Para tanto, criou o Índice Municipal da Qualidade da Educação do RS – IMERS, que será calculado com base na população do município, no nível socioeconômico dos educandos e no número de matrículas no ensino fundamental da rede municipal. Dentro deste índice, foram criados o Índice da Qualidade da Alfabetização, mensurado com base na avaliação do 2.º ano do ensino fundamental da rede municipal; o Índice da Qualidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mensurado com base na avaliação do 5.º ano do Ensino Fundamental da rede

municipal; o Índice da Qualidade dos Anos Finais do Ensino Fundamental, mensurado com base na avaliação do 9.º ano do ensino fundamental da rede municipal; e o Índice de Aprovação de todos os anos do ensino fundamental da rede municipal.

## SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 18.489, de 22 de agosto de 2022 (Santa Catarina, 2022), a qual prevê a distribuição do ICMS Educação aos municípios na proporção de 10% em 2023 e 2024; 12% em 2025 e 2026; 13,5% em 2027 e 2028 e 15% em 2029. Foi desenvolvida uma metodologia de cálculo denominada Índice ICMS Educação de Santa Catarina, com a criação do Indicador de Qualidade das Escolas de Santa Catarina (IQESC) e o uso de indicadores municipais de acesso à educação infantil e ensino em tempo integral.

## SÃO PAULO

O estado de São Paulo instituiu o ICMS Educação por meio da Lei nº 17.575, de 11 de novembro de 2022 (São Paulo, 2022), que prevê a distribuição aos municípios na sistemática do ICMS Educação de 10% referente ao ano-base 2023 (valores apurados em 2024 e repassados em 2025), 11% (onze por cento) referente ao ano-base 2024 (valores apurados em 2025 e repassados em 2026), 12% referente ao ano-base 2025 (valores apurados em 2026 e repassados em 2027) e 13% (treze por cento) referente ao ano-base 2026 (valores apurados em 2027 e repassados em 2028).

## TOCANTINS

O estado do Tocantins criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 4.009, de 7 de novembro de 2022 (Tocantins, 2022), e prevê a distribuição aos municípios de 10 pontos percentuais. Para isto, criou o Índice Relativo à Educação - Ieduc, cuja apuração se dará com base em indicadores de melhoria de resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando-se o nível socioeconômico dos estudantes. O estado estipulou que a Secretaria da Educação desenvolverá, para o ano de 2024, o Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins - SAETO, que se constituirá como um sistema de avaliação da rede educacional tocantinense, o qual realizará um diagnóstico dos resultados da aprendizagem obtidos pelos alunos, das escolas das redes públicas tocantinense.

## PIAUÍ

O estado do Piauí criou o ICMS Educação por meio da Lei nº 7.540, de 29 de julho de 2021 (Piauí, 2021), o qual direciona 10 pontos percentuais aos municípios a partir de 2023. Para isto, foi criado o Índice de Qualidade da Educação Municipal - IQEM, o qual tem por base a proficiência dos alunos do 2º e do 5º ano do ensino fundamental, aferido pelo Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI), a taxa de participação e a taxa de aprovação, o aumento da equidade na aprendizagem e o nível socioeconômico dos educandos. Ao tratar de equidade, o

cálculo é direcionado à aprendizagem e, acerca do indicador socioeconômico, o Piauí lhe confere o peso de 5% dentro da sistemática de cálculo dos indicadores.

## PROMOVENDO EQUIDADE?

O termo equidade é visto por diversos pontos de vista, inclusive de equidade na aprendizagem, e traz ao caso concreto a possibilidade de corrigir eventuais equívocos cometidos pelo legislador, ou preencher lacunas que sua atividade legislativa não conseguiu prever (Teixeira, 2012, p. 44)

Aqui já nasce a complexidade do tema, pois a EC nº 108/2020 alterou o inciso II do parágrafo único da CF, exigindo a cada estado legislar para criação do ICMS Educação. Sem maiores referenciais, a grande maioria dos estados realizou transcrição do texto constitucional, citando que haverá a distribuição aos municípios de, no mínimo, 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

Mesmo quando as legislações mencionam levar em conta indicadores socioeconômicos, estes possuem um peso pequeno comparado aos demais indicadores, por exemplo de 0,05 do total do cálculo do índice principal, como é o caso de Alagoas e do Piauí. Quando se trata de nível socioeconômico dos educandos, a grande maioria dos estados criou questionários que serão respondidos pelos próprios estudantes ou trazem dados do SAEB que, por sua vez, limitam-se a alcançar os estudantes que participam de avaliações nacionais de larga escala, sendo que grande parte das escolas não são alcançadas.

Como visto, a equidade tratada pelos estados brasileiros é basicamente aquela referente à aprendizagem e, conseqüentemente, negligencia-se a concepção de aumento de equidade considerando o nível socioeconômico dos educandos, notadamente quando considerados outros aspectos, como o do acesso e permanência na escola, ou mesmo o da colaboração para acesso ao nível superior.

Dessa forma, a redistribuição de recursos por meio desta inovação fiscal acaba relativizada, visto que os efeitos desta realocação de recursos podem não ser compatíveis com a segunda parte do inciso II do parágrafo único do Art. 158 da CF.

Para Soares e Alves (2004, p. 83-104), existem diferenças relacionadas ao desempenho entre estudantes brancos e pardos e brancos e negros, e fatores intra-escolares, como formação e salários dos professores, nível socioeconômico da escola e dos alunos. Assim, os autores consideram importante a formulação de políticas públicas que busquem absorver o impacto causado pela origem racial e socioeconômica dos alunos, promovendo equidade não apenas em indicadores de melhoria de aprendizagem.

Esta é uma lógica não percebida na implantação do ICMS Educação: sendo a educação o meio atrator, mas não o destino dos recursos, é de se esperar ações intersetoriais, que contribuam para os resultados por políticas integradas. Olhar estritamente para resultados de aprendizagem é demasiadamente restrito em relação às várias dimensões que indicadores educacionais podem representar; de modo que parece evidente que a geração de efeitos acerca da equidade exige

políticas articuladas. O primeiro grande desafio é legislar e desdobrar as legislações em normas infralegais com a combinação dos saberes fiscais e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ICMS Educação foi criado por meio da Emenda Constitucional nº 108/2020, a priori, como uma ferramenta de redistribuição de recursos de ICMS direcionada aos municípios com ênfase na promoção de equidade, tanto de indicadores de melhoria na aprendizagem, quanto pelo aumento de equidade, considerando o nível socioeconômico do educando. Com essa inovação, a gestão fiscal foi demandada a uma nova missão na promoção de equidade, porém, em uma complexa seara semântica e com indicadores pouco amadurecidos.

Apesar das dificuldades, todos os estados brasileiros, à exceção do Rio de Janeiro, legislaram sobre o tema. A incipiência, porém, traz o risco de que a gestão fiscal, na busca de impulsionar a equidade considerando o nível socioeconômico do educando, incorra em efeitos restritivos ou até mesmo reversos, aumentando desigualdades e reafirmando privilégios. Quando são buscados resultados pragmáticos, há o risco de que aquelas redes municipais que já estejam em estágio mais avançado consigam evidenciar melhor os avanços por terem indicadores moldados para si, atraindo com isso mais recursos para sua localidade e, ao contrário de reverter, fortalecer o ciclo de desigualdades.

Este estudo permite que os demais atores que devem estar atentos e atuantes no assunto assumam seus papéis, com vistas à construção de indicadores que efetivamente promovam a vontade expressa na Constituição Federal: a de promover a equidade. Com o raro mérito de ser tempestivo, o artigo serve de subsídio para reflexões e ações e de linha de base para futuras avaliações. Assim, abre-se o assunto, ao invés de encerrá-lo, de forma que se possa dar os próximos passos na construção de uma realidade em que gestão fiscal e as políticas sociais sejam compreendidas como faces de uma mesma moeda, que alcançam as mesmas pessoas e devem combinar-se para garantir a todos a dignidade e a plenitude dos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ACRE. **Lei nº 3.976**, que altera a Lei nº 3.532, de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre os critérios de distribuição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios. Rio Branco: Assembleia Legislativa do Estado do Acre, 2022. Disponível em: <https://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2022/09/Lei3.976-1.pdf>. Acesso em: 14/10/2023.

ALAGOAS. **Lei Ordinária nº 8.744**, de 25 de agosto de 2022, que consolida os critérios de apuração, define os prazos de entrega das parcelas do produto de arrecadação dos impostos que menciona e das transferências, asseguradas aos municípios Alagoanos, e dá outras providências. Maceió: Assembleia Legislativa de Alagoas. Disponível em <https://sapl.al.al.leg.br/norma/2365#:~:text=ALTERA%20A%20LEI%20ESTADUAL%20N%C>



2%BA,ALAGOANOS%20%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANC IAS, acesso em 20 de junho de 2024.

AMAPÁ. **Lei Complementar Estadual nº 0120**, que dispõe sobre a distribuição das parcelas do ICMS e outros tributos arrecadados pelo Estado e por este recebidas, pertencentes aos Municípios, de acordo com a Lei Complementar nº 63/90, e dá outras providências. Macapá: Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, 2019. Disponível em: [http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar\\_legislacao&n\\_leiB=0120,%20de%2002/12/1](http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=0120,%20de%2002/12/1). Acesso em: 14/10/2023.

AMAZONAS. **Lei nº 6.035**, que altera, na forma que especifica, a Lei n.º 2.749, de 16 de setembro de 2002, que dispõe sobre os critérios para o crédito das parcelas do produto da arrecadação dos impostos do Estado pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Amazonas. Disponível em: [https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202022/Arquivo/LE%206.035\\_22.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202022/Arquivo/LE%206.035_22.htm). Manaus: Sefaz-AM, 2022. Acesso em: 14/10/2023.

ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA. A Equidade na Filosofia do Direito: apontamentos sobre sua origem aristotélica. **Revista Espaço Acadêmico**. vol. 11, n.128. Janeiro, 2012.

BAHIA. **Lei Complementar nº 53**, que dispõe sobre os critérios para crédito das parcelas de receitas pertencentes aos Municípios, de que trata o inciso II do caput do Art. 153 da Constituição Estadual. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-complementar-no-53-de-31-deagosto-de-2022>. Salvador: Casa Civil. Acesso em: 14/10/2023.

BERNARDETE GATTI; ANDRÉ MARLI. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023].

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 108**, de 26 de agosto de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm). Acesso em 20 de junho de 2024.

CARLOS ROBERTO JAMIL CURY. Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho, 2002

\_\_\_\_\_. Federalismo político e educacional. In: FERREIRA, N. S. C. **Políticas Públicas e Gestão da Educação** - Polêmicas, Fundamentos e Análises. Brasília: Editora Liber Livro, 2011.

CEARÁ. **Lei n.º 17320**, de 22 de outubro de 2020, que altera a Lei nº 17.320, que altera a lei n.º 12.612, de 7 de agosto de 1996 (Altera a Cota Parte do ICMS). Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/constituicao-do-ceara/pesquisa-por-assunto/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/8043-lei-n-17-320-22-10-2020-d-o-23-10-20>. Fortaleza: Alece, 2020. Acesso em: 14/10/2023.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária nº 11.694**, que introduz alterações na Lei nº 11.227, de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre critérios e prazos para repasse das parcelas do produto da

arrecadação de impostos, nos termos dos arts. 158, III e IV, e 159, § 3º, da Constituição Federal, nas condições que especifica, e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2022 Disponível em:

<https://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=81232&temas=14>. Acesso em: 14/10/2023.

FERNANDO LUIZ ABRUCIO. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, junho, 2005.

FREDERICO REZENDE.– Federalismo Fiscal: Em Busca de um Novo Modelo em Educação e Federalismo no Brasil. In: ROMUALDO LUIZ PORTELA DE OLIVEIRA. **Educação e Federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: Unesco, 2010.

GOIÁS. **Lei Complementar nº 177**, que regulamenta o disposto no § 1º do Art. 107 da Constituição do Estado de Goiás, conforme as alterações de seus incisos nos termos da Emenda Constitucional nº 70, de 7 de dezembro de 2021. Goiânia: Casa Civil, 2022. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/106018/pdf>. Acesso em: 14/10/2023.

INAIÁ MARIA MOREIRA CARVALHO. Inclusão social, pobreza e Cidadania. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Cultura e atualidade**. Salvador: EDUFBA, 2005.

JOSÉ FRANCISCO SOARES. O efeito escola no desempenho cognitivo de seus alunos. In: REICE – **Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, vol.2, n.2, p.83-104, 2004.

LAURENCE BARDIN. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

MARANHÃO. **Lei nº 11.815**, que dispõe sobre a repartição da parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, pertencente aos municípios. São Luís: Sefaz, 2022. Disponível em:

<https://sistemas1.sefaz.ma.gov.br/portalsefaz/files?codigo=21307>. Acesso em: 14/10/2023.

MARILDA DA SILVA. Os contrapontos da produção acadêmica na emergência da pesquisa qualitativa. In: **Educativa**, vol. 12, n.1, janeiro/junho, 2009.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 746**, que estabelece normas relativas ao cálculo dos Índices de Participação dos Municípios do Estado de Mato Grosso no produto da arrecadação do ICMS – IPM/ICMS e dá outras providências. Cuiabá: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 2022. Disponível em: [https://www.al.mt.gov.br/norma\\_juridica/urn:lex:br;mato.grosso:estadual:lei.complementar:2022-08-25;746/ficha-tecnica](https://www.al.mt.gov.br/norma_juridica/urn:lex:br;mato.grosso:estadual:lei.complementar:2022-08-25;746/ficha-tecnica). Acesso em: 14/10/2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5.941**, que altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 57, de 4 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a regulamentação do inciso II do parágrafo único do Art. 153 da Constituição do Estado, e dá outras providências. Campo Grande: Diário Oficial Eletrônico, 2022. Disponível em:

[https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10923\\_25\\_08\\_2022](https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10923_25_08_2022). Acesso em: 14/10/2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.431**, de 14 de setembro de 2023. Altera a Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24431/2023/>. Acesso em: 14/10/2023.

NORMAN FAIRCLOUGH. **Political discourse analysis: a method for advanced students**. London: Routledge, 2012.

PARÁ. **Lei nº 9.674**, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 5.645, de 11 de janeiro de 1991, que dispõe sobre critérios e prazos de créditos e repasse da cota-parte das parcelas do ICMS e outros tributos da arrecadação do Estado e por este recebidas, pertencentes aos Municípios. Belém: Secretaria da Fazenda, 2022. Disponível em: [http://www.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/lei/lp2022\\_09674.pdf](http://www.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/lei/lp2022_09674.pdf). Acesso em: 14/10/2023.

PARAÍBA. **Lei nº 12.373**, que disciplina o cálculo do Índice de Participação dos Municípios - IPM, em relação à arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba, 2022. Disponível em: [http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/15510\\_texto\\_integral](http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/15510_texto_integral). Acesso em: 14/10/2023.

PARANÁ. **Lei Complementar nº 249**, que estabelece critérios para os índices de participação dos municípios na cota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2022. Disponível em: <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/norma-legal>. Acesso em: 14/10/2023.

PERNAMBUCO. **Lei nº 17.918**, que altera a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente a redefinição de critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios. Recife: Sefaz, 2022. Disponível em: [https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/Leis\\_Tributarias/2022/Lei17918\\_2022.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2017.918%2C%20DE%2025%20DE%20A%20GOSTO%20DE%202022&text=%C2%B7%20Publicada%20no%20DOE%20de%2026.08,ICMS%20que%20cabe%20aos%20Munic%C3%ADpios](https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/Leis_Tributarias/2022/Lei17918_2022.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2017.918%2C%20DE%2025%20DE%20A%20GOSTO%20DE%202022&text=%C2%B7%20Publicada%20no%20DOE%20de%2026.08,ICMS%20que%20cabe%20aos%20Munic%C3%ADpios). Acesso em: 14/10/2023.

PIAUI. **Lei nº 7.540**, que altera a Lei nº 5.001, de 14 de janeiro de 1998. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 2021. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí. Disponível em: [https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/5141/lei\\_no\\_7.540ok.pdf](https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2021/5141/lei_no_7.540ok.pdf). Acesso em: 14/10/2023.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei 6.358/22**, que dispõe sobre a distribuição aos municípios de parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Rio de Janeiro: Alerj, 2022. Disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMT](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMT)

hjMWRkNjhmOTZiZTNiNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvNDIiYWVhYTEzNzJmZTI0MzAzMjU4OGFhMDA3YjI0YTU/T3BlbkRvY3VtZW50&amp;. Acesso em: 14/10/2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei 11.253**, que dispõe sobre os critérios de apuração dos índices percentuais destinados à entrega de 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS pertencente aos municípios e dá outras providências. Natal: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2022/xx5t663s7i6242yc8e2ldwlgb9743n.pdf>. Acesso em: 14/10/2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.766**, que dispõe sobre a parcela do produto da arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – pertencente aos municípios. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: [https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid\\_IdNorma=72286](https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=72286). Acesso em: 14/10/2023.

ROGER DALE. A Sociologia da Educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out. /dez. 2010.

RONDÔNIA. **Lei Complementar nº 1.166**, que disciplina a distribuição da parcela do Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS destinada aos municípios e revoga as Leis Complementares nº 115, de 14 de junho de 1994, e nº 147, de 15 de janeiro de 1996. Porto Velho: Casa Civil, 2022. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC1166.pdf>. Acesso em: 14/10/ 2023.

RORAIMA. **Lei Complementar nº 311**, que dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios, em atendimento ao disposto na Emenda Constitucional n. 108, de 26 de agosto de 2020, e revoga a Lei n. 303, de 28 de dezembro de 2021, e dá outras providências. Boa vista: Tribunal de Justiça de Roraima, 2022. Disponível em: <https://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-complementares/188-leis-complementares-2022/2248-lei-complementar-n-311-de-14-de-marco-de-2022-dispoe-sobre-criterios-de-distribuicao-do-produto-da-arrecadacao-do-imposto-sobre-operacoes-relativas-a-circulacao-de-mercadorias>. Acesso em: 14/10/2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 18.489**, que dispõe sobre a repartição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pertencente aos Municípios, nos termos da alínea “a” do inciso II do caput e do § 3º do Art. 133 da Constituição do Estado, e estabelece outras providências. Florianópolis: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, 2022. Disponível em: [https://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2022/lei\\_22\\_18489.htm](https://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2022/lei_22_18489.htm). Acesso em: 14/10/2023.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.575**, que altera a Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre

Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2022/lei-17575-](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2022/lei-17575-11.11.2022.html#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%203.201,e%20Intermunicipal%20e%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o)

11.11.2022.html#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%203.201,e%20Intermunicipal%20e%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 14/10/2023;

SERGIPE. **Lei nº 9.090**, que altera o inciso V do § 2º do Art. 1º da Lei nº 8.628, de 05 de dezembro de 2019, que cria o ICMS-Social e estabelece, na forma do inciso IV do Art. 158 e do inciso II do parágrafo único do mesmo dispositivo da Constituição Federal, critérios para a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, pertencente aos Municípios, e dá providências correlatas. Aracaju: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 2022. Disponível em: <https://al.se.leg.br/Legislacao/Ordinaria/2022/O90902022.pdf>. Acesso em: 14/10/2023.

SÍLVIO ANCÍZAR SÁNCHEZ GAMBOA. **Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias**. Chapecó: Editora Argós, 2012.

TOCANTINS. **Lei nº 4.009**, que altera a Lei no 2.959, de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, na parte que especifica. Palmas: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 2022. Disponível em: [https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei\\_4009-2022\\_60844.PDF](https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_4009-2022_60844.PDF). Acesso em: 14/10/2023.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida para todos**. Brasília: Unesco, 2023. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por). Acesso em: 14/10/2023.

UNESCO. **Relatório anual da UNESCO no Brasil de 2019**. Brasília: Unesco, 2019. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373430\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373430_por). Acesso em: 14/10/2023.

Recebido em: 23 de setembro de 2024

Aprovado em: 27 de fevereiro de 2025